

Relator quer entregar texto da reforma tributária até quarta

Proposta preliminar será discutida com governadores, prefeitos e representantes de empresários e trabalhadores. Hoje, às 10h, ministro da Fazenda deve comparecer a audiência na Comissão de Justiça



Gerardo Magela

JUNTOS Sarney e João Paulo garantem que não há qualquer problema entre as duas Casas



Sarney e João Paulo dizem que o Senado e a Câmara trabalham em harmonia

Página 3

Senadores aprovam duas medidas provisórias

MPs acolhidas pelo Plenário normatizam certificação de diamantes e responsabilidade da União em casos de atentados contra aeronaves

Página 3

O relator Romero Jucá pretende entregar até quarta-feira proposta preliminar da reforma tributária em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Esse texto deverá ser debatido com governadores, prefeitos e representantes de empresários e trabalhadores. Jucá estima que 75% do conteúdo aprovado pela Câmara dos Deputados serão mantidos - "os 25% restantes serão ajustes e adaptações de modelo que aperfeiçoam o conjunto". Hoje, às 10h, a comissão deverá receber o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para audiência sobre o tema.

Página 5

Tião Viana apresenta ao Plenário emenda paralela à reforma da Previdência

O líder do PT e relator da reforma da Previdência, Tião Viana, apresentou ao Plenário ontem proposta de emenda constitucional com os pontos que o governo aceita até agora alterar na reforma previdenciária. Ela vai tramitar junto com a própria reforma e, se aprovada, será remetida a seguir ao exame da Câmara.

Página 4



Márcio Kalume

CAUTELA Tião Viana (à direita, ao lado de Edison Lobão) acredita que tramitação paralela de mudanças evitará questionamentos



RIGOR País deve adotar regras internacionais para controle de áreas portuárias, diz Suassuna

Suassuna cobra mais segurança nos portos

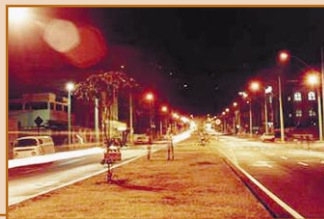
O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu celeridade no aparelhamento dos portos brasileiros, tendo em vista as novas regras internacionais para segurança nessas instalações. Ele informou que será necessário preparar 35 portos públicos e 150 terminais privados para as exigências que passam a vigorar a partir de 1º de julho de 2004. Para o senador, após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 tem-se buscado garantir mais rigor na segurança portuária para coibir tráfico de armas e de drogas e o contrabando em geral.

Suassuna também protestou contra o atraso no repasse de recursos para os hospitais que oferecem hemodiálise para pacientes renais crônicos. Segundo ele, desde junho os hospitais não recebem os repasses do Sistema Único de Saúde (SUS) e, conseqüentemente, os pagamentos de médicos, enfermeiras, fornecedores e até de energia elétrica estão atrasados. O senador informou que os hospitais do Rio de Janeiro, Paraíba, Minas Gerais, Ceará e Distrito Federal estão em situação crítica, havendo o risco de paralisação dos serviços.

Agenda

Projeto de conversão ainda tranca a pauta

Em discussão na sessão de hoje, às 14h30, o projeto de lei de conversão que estabelece aporte financeiro às companhias distribuidoras de energia, proveniente de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (PLV nº 24/2003). O restante da pauta só poderá ser examinado se o projeto for votado.



Congresso Nacional realiza sessão às 18h30

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 11h30, a visita do presidente da Casa da Moeda do Brasil, Manoel Severino

dos Santos. À tarde, Sarney preside sessão do Congresso Nacional, a partir das 18h30. Na pauta, projetos que reforçam os

orçamentos dos Ministérios da Educação (PLN nº 29/03), da Ciência e Tecnologia, do Esporte e do Turismo (PLN nº 20/03).



CPI da Exploração Sexual em Foz do Iguaçu

A CPI que investiga crimes sexuais contra crianças e adolescentes está hoje em Foz do Iguaçu (PR) para investigar denúncias de tráfico infantil na Tríplíce Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai). Pela manhã, haverá reunião com parlamentares dos países vizinhos para discutir ações conjuntas de combate ao crime sexual. À tarde, na Câmara de Vereadores, a comissão promove audiência pública para ouvir testemunhas.

Ministro Antonio Palocci debate a reforma tributária

Para debater a proposta de reforma tributária enviada pelo Executivo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje, às 10h, audiência com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Amanhã, no mesmo



horário, serão ouvidos representantes de indústrias e entidades sindicais, como a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Força Sindical e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Amazônia será tema de audiência pública

A Subcomissão Permanente da Amazônia promove na terça-feira audiência com o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Na pauta o programa Amazônia Sustentável e o Plano Plurianual (PPA) para a região. João Capiberibe (PSB-AP) e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) são os autores do requerimento para a reunião.



Subcomissão de Cinema

A Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática realiza debate hoje, às 10h, sobre cobrança de direitos de execução de obras musicais inseridas nos audiovisuais. Participa da audiência, entre outros, o presidente da Associação das Empresas Cinematográficas Operadoras de Multiplex, Valmir Fernandes.

Reforma política em seminário

Nos dias 13 e 14 de novembro acontece o seminário "A Reforma Política e os Legislativos Federal, Estaduais e Municipais", visando integrar os Legislativos do país, promovido pelo Congresso Nacional. As inscrições podem ser feitas até o próximo dia 25, pelo telefone 0800-619619 ou no site www.senado.gov.br.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellano
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



DESVANTAGEM Para Valadares, país pode perder mercado com adoção da tecnologia

Transgênico gera prejuízo, alerta Valadares

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) advertiu ontem que, ao contrário do que é divulgado pelos defensores dos organismos geneticamente modificados, os produtos transgênicos trazem um risco econômico para os países que o adotam na sua agricultura. Ele citou como exemplo os Estados Unidos, que tiveram uma redução na sua exportação de soja para a Europa de 9,23 milhões de toneladas para 6,85 milhões de toneladas, entre 1996 e 2000, após passar a utilizar sementes transgênicas.

Por outro lado, comparou o senador, no mesmo período a soja brasileira, que é considerada não transgênica, teve um aumento de procura pelos europeus. As exportações para aquele continente cresceram 3,4 milhões de toneladas por ano, o que representou um crescimento superior a 20%.

– O estado do Paraná, junto com as organizações dos grandes, médios e pequenos produtores, é contra os transgênicos porque perceberam os riscos para seus produtos no mercado europeu. O mesmo ocorreu com Santa Catarina, onde o ex-governador Espiridião Amin sancionou lei estadual contra os transgênicos, com apoio de grandes cooperativas – afirmou Valadares.

Interesse dos EUA

Em aparte, o senador João Capiberibe (PSB-AP) declarou que os Estados Unidos podem ter influenciado na disseminação de soja transgênica por outros países ao perceber que esse tipo de tecnologia estava trazendo prejuízos para sua agricultura. Valadares anunciou que encaminhou à Mesa requerimento propondo a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar o contrabando de sementes transgênicas de soja para o Brasil.

Gercilino Magêlo



UNIDADE José Sarney e João Paulo disseram que o Senado e a Câmara trabalham por um objetivo maior, que é o Brasil

Sarney e João Paulo dizem que não há crise

Depois de assinar ontem documento convidando todas as Casas legislativas do país para a celebração dos 180 anos do Congresso brasileiro, os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, comentaram sobre a suposta crise entre as duas Casas em razão de mudanças na reforma tributária.

– Muito pior que uma guerra fiscal seria uma guerra entre as duas Casas do Congresso. Não existe nada disso – brincou Sarney, acrescentando que Senado e Câmara continuarão trabalhando juntos, em favor do governo e do país.

Sarney disse que o assunto básico, na conversa com João Paulo Cunha, foi, além de assi-

nar o documento, mostrar à nação que não há nenhuma nuvem no relacionamento entre as duas Casas do Parlamento. O deputado João Paulo Cunha falou no mesmo tom.

– Vamos receber o que o Senado alterar e votar na Câmara dos Deputados. O que importa, antes de qualquer mudança que o Senado possa fazer, é o espírito de unidade que queremos demonstrar aqui. Nosso objetivo maior é o Brasil – disse João Paulo Cunha.

Depois do encontro, o presidente do Senado seguiu para o gabinete do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que celebrava seu aniversário de 62 anos, ao lado de diversos outros parlamentares.

Evento reúne em novembro parlamentares de todo o país

Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, assinaram ontem ofício endereçado a todas as câmaras municipais e assembleias legislativas, para que participem, nos dias 13 e 14 de novembro, do Encontro Nacional de Legislativos, evento integrante das comemorações dos 180 anos de criação do Parlamento brasileiro.

O encontro reunirá a totalidade da representação legislativa brasileira, para debater nacionalmente temas como a revisão do pacto federativo, a reforma político-eleitoral e a atuação do poder legislativo. “Seus resultados, por certo, contribuirão de maneira assinalada para o aprimoramento e mesmo a revitalização das ati-

vidades parlamentares como um todo”, diz a mensagem dos presidentes do Senado e da Câmara.

A previsão dos presidentes das duas Casas do Legislativo é que o evento reúna entre 3 mil e 5 mil parlamentares de todo o país. Ao final do encontro, as câmaras legislativas mais antigas instaladas no Brasil receberão um diploma, devendo ainda todas serem agraciadas com uma medalha alusiva ao acontecimento.

O evento será encerrado com uma apresentação da Orquestra Sinfônica Brasileira e deverá ser transmitido pela Direct TV para todos os estados brasileiros e também para embaixadas brasileiras em Buenos Aires e Montevideu.

Plenário aprova MP da certificação de diamantes

■ Adoção do sistema SCPK permite que o Brasil volte a competir no mercado mundial de pedras preciosas

O Plenário aprovou ontem a medida provisória que institui no país o Sistema de Certificação do Processo Kimberley (SCPK) para a importação e exportação de diamantes brutos. O sistema se refere a um mecanismo internacional criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para evitar que, no comércio internacional, diamantes sem certificado de origem sejam usados no financiamento de conflitos armados ao redor do mundo.

Com a aprovação da MP nº 125/2003, fica também proibida a entrada, no Brasil, de diamantes provenientes de áreas conflagradas, assim como a venda de diamantes brutos

com origem não legalizada. Na avaliação do Executivo, ao instituir o SCPK e certificar a origem de seus diamantes, o Brasil passa a ter acesso ao mercado internacional da pedra preciosa. A MP contou com o parecer favorável do senador Papaléo Paes (PMDB-AP).

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) ressaltou que o estado de Minas Gerais perdeu US\$ 300 milhões em exportações de diamantes em consequência da demora do país em aderir ao SCPK. Ele também pediu à Receita Federal que apresse a expedição da documentação adequada aos exportadores de diamantes, para que o país recupere seu espaço no mercado.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) saudou a aprovação da MP, lembrando que, sem o certificado, o Brasil estava à margem da legalidade. Ideli salientou que 90% dos diamantes brasileiros chegam ao mercado internacional via contrabando. O

senador Romeu Tuma (PFL-SP) também comemorou a aprovação da matéria.

Prorrogação do Refis

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), criticou a inclusão, no texto da MP dos diamantes, de dispositivo prorrogando em 31 dias o prazo para empresas aderirem ao Refis, o programa de refinanciamento de dívidas com a União. O parlamentar disse que não há justificativas para o governo misturar assuntos tão diferentes, inserindo-os na mesma medida.

Os senadores José Agripino (PFL-RN), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Heloísa Helena (PT-AL) somaram-se às críticas de Virgílio.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), argumentou que houve economia processual, lembrando que, quando a MP foi editada, havia a premência de se estender o prazo, em decorrência de uma longa greve no INSS.



VOTAÇÕES Apesar da aprovação de duas MPs, pauta permanece obstruída por um projeto de conversão

União indenizará vítimas de atentados

Foi aprovada ontem pelo Plenário a Medida Provisória nº 126/2003, que amplia a responsabilidade civil da União perante terceiros, no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos contra aeronaves operadas por empresas brasileiras, excluídas as de táxi aéreo.

A MP substitui a Lei nº 10.605/2002, que já obrigava a União a assumir os riscos pós-atentados contra o World Trade Center, em 11 de setembro de

2001, mas não deixava claro que o governo brasileiro deveria responder por “riscos semelhantes”. A matéria vai agora à promulgação.

Segundo o relator, senador Delcídio Amaral (PT-MS), a edição dessa MP busca impedir o colapso da aviação civil no país. Após o atentado terrorista contra as torres gêmeas norte-americanas, as seguradoras do setor resolveram reduzir de US\$ 1 bilhão para US\$ 50 milhões a cobertura por respon-

sabilidade civil em acidentes aéreos motivados por guerra e terrorismo, pressionando ainda os governos em todo o mundo, conforme revelou, a assumir os danos causados a terceiros nesses episódios.

O projeto de lei de conversão à MP nº 127/2003 não foi votado, e passa a obstruir a pauta do Plenário. A MP cria programa de aporte financeiro às companhias distribuidoras de energia, com recursos do BNDES.

Roosevelt Pinheiro

REFORMAS Emenda do relator atrai para a Previdência Social 40 milhões de trabalhadores informais. Paim espera mudanças no texto aprovado pela Câmara. Heloisa Helena defende exclusão do fator previdenciário

Viana afirma que emenda paralela evitará questionamentos jurídicos

■ Para ele, sugestão do PFL e PSDB, de fazer mudanças no próprio texto da reforma, pode trazer problemas

O relator da reforma da Previdência Social, senador Tião Viana (PT-AC), apresentou ontem, ao Plenário, emenda constitucional contendo os pontos que o governo aceita alterar na reforma previdenciária. A emenda vai tramitar junto com a própria proposta e, se aprovada, irá ao exame da Câmara dos Deputados, enquanto o texto da reforma já votada por aquela Casa do Congresso será promulgada assim que terminar sua votação no Senado.

– Esse é o caminho do bom senso e evitará qualquer questionamento jurídico. O caminho proposto pelo PFL e pelo PSDB, de fazer as mudanças na própria reforma e enviar aos deputados só essas mudanças, é equivocado e pode trazer problemas – sustentou o parlamentar.

O projeto paralelo dá 60 dias

para que os governadores enviem às assembleias legislativas, se quiserem, projetos fixando como teto salarial do Executivo o valor dos proventos dos desembargadores da Justiça estadual. Esses, por sua vez, estarão limitados a 90,25% do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal. Com isso, os governadores que têm salários baixos poderão resolver um problema que surgiria com a reforma previdenciária, a qual estabelece que o maior salário dos servidores do Executivo estadual é o do governador. Na prática, o teto dos funcionários do Executivo estadual não poderá passar de R\$ 15.600.

Mercado informal

A proposta de Tião Viana prevê alíquotas menores de contribuição ao INSS de donas-de-casa, trabalhadores do mercado informal e desempregados. A idéia é atrair cerca de 40 milhões de brasileiros que hoje não têm qualquer amparo previdenciário. Pessoas nessas condições terão ainda direito a prazos de carência menores que o dos outros filiados à Previdência.

Outra mudança permite que



SOLUÇÃO Tião Viana diz que emenda de sua autoria é o "caminho do bom senso"

estados e municípios cobrem contribuição previdenciária de seus funcionários e aposentados superior aos 11% adotados pela União, desde que necessário ao equilíbrio financeiro e atuarial do seu sistema de previdência.

Para cobrar mais que os 11%, a previdência estadual terá que colocar à disposição do público todas as informações de receitas e despesas, incluindo os critérios e parâmetros adotados para garantir seu equilíbrio financeiro.

A emenda paralela institui ainda controle social sobre os sistemas de previdência pública do país, com a presença de representantes do Judiciário, do Executivo, do Legislativo e do Ministério Público nos colegiados dos regimes previdenciários. Com isso, todos os poderes poderão fiscalizar e controlar a administração dos sistemas de previdência. As previdências terão de fazer recenseamento previdenciário a cada cinco anos.

Aposentados

A emenda de Tião Viana dobra os valores dos limites para que seja cobrada contribuição previdenciária de 11% de aposentados e pensionistas com doenças incapacitantes. A proposta de reforma da Previdência, já votada pelos deputados, determina que a contribuição será cobrada sobre a aposentadoria que exceder R\$ 1.200 (aposentado estadual) e R\$ 1.440 (União) e sobre pensões superiores a R\$ 2.400 pagas por qualquer ente federativo. O aumento desses valores em 100% para pessoas com doenças incapacitantes é fruto de negociação dos partidos políticos.

Paim crê em alterações na PEC da Previdência

O senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou confiança em que a proposta de reforma previdenciária será alterada em Plenário. Ele defendeu mudanças principalmente na cobrança dos inativos, na paridade e integralidade dos vencimentos e na transição para a aposentadoria dos atuais servidores.

O subteto dos salários dos servidores também recebeu críticas do senador. Ele afirmou que falta coerência ao texto atual, que estipula para os funcionários da União o salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal como limite e

para os servidores estaduais e municipais, respectivamente, os vencimentos dos governadores e prefeitos.

Outra preocupação de Paulo Paim relaciona-se com a alternativa defendida pelo relator da reforma da Previdência, senador Tião Viana (PT-AC), de se aprovar sem alterações o texto que veio da Câmara e votar uma outra emenda com as modificações propostas pelo Senado. Ele sugeriu que os senadores aprovem apenas os pontos que forem consenso na Casa e remetam novamente para a Câmara as alterações promovidas.



Paim quer alterar a taxa dos aposentados

Heloisa: "Não abro mão da causa da liberdade"

Em discurso no Plenário, a senadora Heloisa Helena (PT-AL) reafirmou a postura independente em relação às propostas do governo. Em resposta a comentário do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), sobre a situação incômoda da senadora no Partido dos Trabalhadores, ela disse que não admite "receber cabresto de quem quer que seja".

– Dediquei toda a minha vida a esse partido. Mas não abro mão da causa da liberdade.

Heloisa afirmou que se recusa a adotar uma postura fácil em sua relação com o governo, chamada por ela de "mime-



Heloisa reafirmou sua postura independente

tismo político".

– Se o governo é azul, as pessoas ficam azuis; se é verde, ficam verde. Muitos que conduziram o trator do governo Fernando Henrique Cardoso agora conduzem o trator do atual governo – disse.

A exclusão do fator previdenciário da proposta de reforma foi defendida pela senadora. Ela é autora de emenda que restabelece a forma de cálculo da aposentadoria do setor privado com base na média dos 36 últimos salários de contribuição, e não mais a partir do fator previdenciário.

Especialistas pedem recursos para ciência

O impacto da reforma tributária na área de ciência e tecnologia foi debatido ontem, em reunião conjunta da Comissão de Educação (CE) e Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática. Os participantes da audiência pública queixaram-se do contingenciamento de recursos orçamentários para o setor e externaram a frustração causada pelo atraso na implantação do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (Fust), cujos R\$ 2,5 bilhões nunca chegaram à pesquisa científica como havia sido prometido à época de sua criação.

Participaram da audiência, entre outros, o secretário-adjunto para Políticas Públicas de Informática do Ministério de Ciência e Tecnologia, Artur Pereira Nunes; o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ennio Candotti; e o presidente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia, Fernando Otávio Pergrino.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) lamentou que em dois anos o Ministério de Ciência e Tecnologia tenha deixado de ter acesso a R\$ 1,5 bilhão por força de contingenciamento orçamentário. Ele sugeriu uma subcomissão de ciência e tecnologia no âmbito da CE. O presidente da comissão, Osmar Dias (PDT-PR), explicou que o colegiado já atingiu o limite máximo de subcomissões e uma nova só pode ser criada se outra for extinta.

Roberto Saturnino (PT-RJ) destacou que há consenso no Senado de que o setor de ciência e tecnologia é estratégico e afirmou haver grande expectativa de que haja uma mudança efetiva em relação à política econômica para a área. Já Sérgio Cabral (PMDB-RJ) sugeriu uma emenda da comissão à reforma tributária para garantir que o setor de ciência e tecnologia seja protegido da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Educação

Osmar Dias afirmou que as sugestões apresentadas durante a audiência poderão ser apresentadas como emendas à reforma tributária. Ele informou que é relator-adjunto da reforma e que o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), deve apresentar o seu parecer na próxima quarta-feira. A CE promoverá ainda audiência sobre a repercussão da reforma tributária na área da educação.

REFORMAS Relator do projeto de reforma tributária na CCJ acredita que 75% do texto aprovado pela Câmara dos Deputados serão mantidos – os 25% restantes poderão sofrer ajustes e adaptações no Senado

Jucá entrega proposta da tributária na quarta-feira

O relator da reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), prometeu entregar até quarta-feira da semana que vem uma proposta preliminar para discussão com o Congresso Nacional, governadores, prefeitos, empresários e representações de trabalhadores. Jucá estima que 75% das propostas aprovadas pela Câmara dos Deputados serão mantidas – os 25% restantes, segundo o relator, serão ajustes e adaptações de modelo que aperfeiçoam o conjunto.

Jucá tende a aproveitar uma sugestão do senador Alberto Silva (PMDB-PI), que propôs a criação de uma câmara de gestão para administrar parte do dinheiro da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), e que seria usado em obras de infra-estrutura. Se um governador decidir recuperar uma estrada federal importante em seu estado, a



MENSAGEM Jucá tranquilizou prefeitos e governadores: "Ninguém perderá receita"

câmara de gestão entraria com a metade do custo total da obra.

O relator recebeu ontem representantes da indústria automobilística, preocupados com a possibilidade da criação de um imposto extra sobre produtos importados. Isso encareceria a produção de veículos, porque boa parte dos componentes é importada.

– Estamos examinando tudo isso, mas nada há ainda decidido – explicou o senador.

Romero Jucá garantiu ainda que toda a legislação referente à Zona Franca de Manaus e às micro, pequenas e médias empresas será mantida.

O senador disse que continua tentando tranquilizar prefeitos e governadores, garantindo que ninguém perderá receita, e todos terão a vantagem adicional da simplificação da cobrança.

Debate com governadores

Na segunda-feira, Jucá irá debater com os governadores a questão do fim da guerra fiscal, os critérios para preservação dos incentivos já concedidos mas ainda sem implantação dos projetos e o fim da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre produtos como combustíveis, bebida e fumo e, possivelmente, até automóveis.

Costa teme perdas para Minas com as mudanças

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) protestou ontem contra dispositivo em exame no projeto de reforma tributária que concentra na União o produto da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) referente a bebidas, cigarros e combustíveis. Segundo ele, Minas Gerais perderá, anualmente, R\$ 2,3 bilhões, o que considera "inaceitável num momento de crise como o que está vivendo o estado".

Hélio Costa lembrou que o governador de Minas, Aécio Neves (PSDB), esteve na terça-feira em Brasília para conversar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com os ministros Antonio Palocci (Fazenda) e José Dirceu (Casa Civil). O senador citou declarações de José Dirceu, garantindo que a proposta não seria aprovada caso ficasse provado que haveria perdas para os estados.

Hélio Costa mencionou, ainda, estudo feito pelo Conselho



PROTESTO Hélio Costa é contra revisão do acordo com governadores sobre a Cide

Nacional de Política Fazendária (Confaz), integrado pelos secretários estaduais de Fazenda, mostrando que o dispositivo trará perdas no valor de R\$ 35 bilhões anuais para os estados.

O senador também protestou contra a ideia de mudar o acordo sobre a parcela de 25% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) que deveria ser destinada aos estados. Segundo Hélio Costa, o acerto feito com os governadores precisa ser honrado.

Palocci fala hoje aos senadores na CCJ, às 10h

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recebe hoje, às 10h, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para debater a reforma tributária e as mudanças que serão propostas pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR). Amanhã, às 10h, a audiência será com representantes das federações das indústrias de São Paulo (Fiesp) e do Rio de Janeiro (Firjan), e das confederações nacionais da Indústria (CNI), do Comércio (CNC) e da Agricultura (CNA), da Central Única de Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical.

Na segunda-feira, a reunião será com os governadores. Na terça, às 17h, a CCJ recebe o presidente da Associação dos Prefeitos das Capitais, Marcelo Deda; o secretário da associação, José do Carmo; o prefeito de Vitória (ES), Luiz Paulo Veloso Lucas; e o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.



ARGUMENTOS Sarney (E) ouviu de Maurício de Souza e Beto Carrero pedido para não permitir a elevação da cobrança do imposto

Parques temáticos solicitam ISS menor

Maurício de Sousa, Beto Carrero e outros empresários do ramo de parques temáticos procuraram ontem o presidente do Senado, José Sarney, para pedir uma alíquota mais baixa do Imposto sobre Serviços (ISS) para seus empreendimentos. Sarney prometeu apoio para as reivindicações deles.

De acordo com o presidente do Sindicato Nacional de Parques e Atrações Turísticas, Marcelo Gutglas, esse é um setor novo, que precisa do apoio do governo para crescer. Ele afirmou que, existindo em razão de um decreto do governo Sarney, esse setor vinha isento de ISS e agora passou a pagar alíquotas entre 2% e 5%. O máximo que considera possível pagar é uma alíquota de até

2,5%, disse ele.

– Viemos ao Congresso mostrar que precisamos de uma alíquota mais baixa. Nós não precisamos de isenção total. Entendemos que temos que contribuir também. Mas alíquotas altas, como 5%, penalizam muito nossa atividade. Hoje, os parques não têm nem isso de lucro – observou.

Criador do Parque da Mônica, inspirado na sua famosa personagem, o empresário Maurício de Sousa disse que o setor corre o risco de ver o ISS subir "para alturas totalmente incompatíveis com a realidade do parque temático brasileiro, na economia atual". Ele argumentou que se o ISS for para mais que 2%, metade dos parques temáticos fechará.

Governador de Sergipe traz reivindicações

O senador José Sarney recebeu ontem o governador João Alves (PFL), de Sergipe, com quem conversou sobre as reivindicações dos estados do Nordeste a respeito da proposta de reforma tributária em tramitação na Casa.

– O governador está fazendo um cotejamento entre a reforma aprovada na Câmara e a proposta do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e eu pedi que ele transformasse isso em um documento, para que nós pudessemos objetivamente examinar – informou Sarney.

Em resposta à imprensa, Sarney disse que a reforma tribu-

tária não provocou divergências entre Senado e Câmara dos Deputados.

– Tenho as melhores relações possíveis com o nosso presidente João Paulo, acho que ele está fazendo um trabalho admirável na Câmara dos Deputados, e nós estamos aqui prontos para colaborar integrados com o objetivo de ajudar o governo – afirmou.

Sarney anunciou que irá visitar o presidente da Câmara para conversar sobre a tramitação do Estatuto do Desarmamento, explicando que não pôde fazê-lo antes porque estava no Maranhão.

Demostenes: Lula vende ilusões ao país

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vende ilusões à sociedade, “disfarçando as mazelas do país”. Demostenes cunhou o termo “ilulacionismo” para definir esse comportamento.

– Na semana em que a ONU confirmou que a desigualdade recrudesciu, o presidente tirou da cartola não um coelho, mas o fim das vacas magras. Apesar de a crise de competência das políticas sociais de seu governo ser indisfarçável, o primeiro mandatário considerou que o Fome Zero é um sucesso absoluto porque já há um salão de beleza em Guariba, no Piauí.

Demostenes criticou a postura do governo diante dos problemas da Polícia Federal. A seu ver, o caos se instalou na instituição, acarretando a paralisação de serviços.

– Enquanto a instituição policial mais respeitada do país aguarda ordem de despejo, vergenhosamente o pasteurizado ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, continua fazendo cara de paisagem – afirmou. Em aparte, ele recebeu apoio do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).



COMPORTAMENTO Demostenes criou o termo “ilulacionismo” para definir postura do governo

Maciel: Estado brasileiro precisa ser aperfeiçoado

■ É imprescindível que a democracia possa garantir o direito à vida e à incolumidade, afirma senador

Ao fazer uma análise da evolução do sistema judicial e processual brasileiro, o senador Marco Maciel (PFL-PE) disse que é preciso repensar o Estado, suas formas de organização, a adequação dos sistemas políticos, das práticas econômicas e das formas de organização social que foram criadas no país.

– O ordenamento jurídico do país tem sido encarado entre nós como um fim, quando na realidade não deveria passar de um meio para atingirmos os mais nobres propósitos a que pode aspirar qualquer civilização – assinalou o senador.

Maciel afirmou que sistemas políticos, econômicos e jurídicos precisam de constante



SUGESTÃO Marco Maciel quer redução da interferência federal no Judiciário do país

aperfeiçoamento, com exame e debate que não se restrinjam aos ambientes fechados das instituições, como o Congresso Nacional, a universidade e os cenáculos de contemplação.

Ele lamentou que o Brasil já tenha ultrapassado um grau perigoso de propostas fecha-

das, de unanimidades indesejáveis e de projetos salvacionistas. Se a sociedade brasileira quiser melhorar a sua democracia e aumentar o nível de governabilidade, o único caminho que resta é reformar a Justiça, diminuindo sua estrutura e o nível da interferência federal no sistema judicial, garantiu.

Maciel afirmou, ainda, que a Justiça precisa garantir, ao mesmo tempo, os direitos individuais e coletivos dos cidadãos, contra os abusos do poder público em todas as suas esferas, bem como contra aqueles que perpetuam atentados, violando o sistema penal e as liberdades fundamentais do cidadão.

– Conforme definiu o ex-presidente dos Estados Unidos da América Franklin Delano Roosevelt, é imprescindível que a democracia possa garantir a liberdade contra o medo e os direitos a ela inerentes: o da vida e o da incolumidade – concluiu Marco Maciel.



ALERTA Para Alvaro, é preciso evitar que desordem no campo comprometa agricultura

Alvaro cobra indicação para a CPI fundiária

Ao lembrar a necessidade de instalação da CPI que deverá investigar o sistema fundiário brasileiro, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) conclamou os partidos a indicarem membros para a comissão parlamentar de inquérito.

– Criou-se uma enorme expectativa, mas o que se vê agora é frustração. O governo assentou apenas 6% das 60 mil famílias que havia prometido assentar em 2003 – disse.

Para Alvaro Dias, “é importante agilizar os trabalhos da CPI”, de modo a se evitar que a desordem no campo comprometa o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Alvaro Dias também apontou incoerências no governo a respeito da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luís Fernando Furlan, e da Agricultura, Roberto Rodrigues, teriam manifestado opiniões conflitantes com a postura do Ministério das Relações Exteriores. O senador afirmou que é obrigação do presidente Lula afinar os discursos dos ministros.

Jefferson defende recall em eleições no Brasil

O instituto americano do *recall*, que destituiu o governador da Califórnia e elegeu o ator Arnold Schwarzenegger para o cargo, foi elogiado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). A seu ver, o Brasil também deveria adotar o *recall* para que os eleitores pudessem julgar o “troca-troca imoralíssimo que está acontecendo no Congresso Nacional”.

Jefferson assinalou que existem situações legítimas em que a mudança de partido é a única saída, “mas não foi esse o caso de 90% que foram da oposição para o governo em busca das benesses”. Para o senador, o eleitor no país também deveria ter direito ao *recall* para decidir se o parlamentar, governador ou prefeito poderiam continuar nos cargos.



ÊXITO Jefferson Péres destacou o uso do instituto no estado americano da Califórnia

Virgílio protesta contra película no carro de Lula

A colocação de película *insulfilm* nos vidros do carro oficial do presidente da República, conforme divulgou no último sábado o jornal *O Globo*, suscitou protestos do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). Ele também apresentou projeto de lei para proibir o uso dessa película, que, pela Resolução 73 do Contrans (Conselho Nacional de Trânsito), deve ter 70% de transparência, em todos os veículos oficiais.

– Como o povo é quem paga pelo uso do carro oficial, tem o direito de saber o que se faz dentro desses veículos.

Virgílio apontou ainda “desproporção, que inquiete e extrapola todos os limites”, entre a imagem passada por Lula e a realidade do atual governo.



Ideli contesta críticas do PSDB ao governo

As críticas que o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), tem feito ao governo Luiz Inácio Lula da Silva foram contestadas pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

– É um bate-estaca cotidiano e monótono. Entendo que a oposição precise fiscalizar, e até criticar o governo, mas seria normal que reconhecesse que, em nove meses, o Brasil se livrou da necessidade de assinar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ao contrário do governo Fernando Henrique Cardoso, que tentou a mesma coisa durante os quatro anos de seu segundo mandato e não conseguiu – observou.



Zambiasi destaca fórum internacional sobre água

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) anunciou a realização, a partir de ontem, do Fórum Internacional das Águas, em Porto Alegre, que será encerrado neste sábado. Segundo informou, o evento foi organizado pela Associação Riograndense de Imprensa (ARI) e o foco central nas discussões será a preservação dos recursos hídricos, gestão e políticas públicas e privadas.

Zambiasi disse que será debatido, entre outros temas, o papel da água na agricultura e no combate à pobreza. Segundo ele, o consumo de água doce dobrou nos últimos 50 anos, devido ao crescimento populacional aliado ao desenvolvimento industrial e tecnológico não sustentável.



Mozarildo quer mais verba para universidades

Roosevelt Pinheiro



Mozarildo defende PEC que beneficia a Amazônia

Ao parabenizar a Universidade Federal de Roraima (UFRR) pelo 14º aniversário, comemorado mês passado, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu que os deputados aprove-rem ainda este ano proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que destina 0,5% da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda às universidades da Amazônia Legal.

Mozarildo explicou que foi negociado acordo para que as universidades instaladas no Nordeste e Centro-Oeste também sejam beneficiadas pela proposta (PEC nº 16/2002), já aprovada pelo Senado. Se o texto for aprovado este ano, explicou, os recursos para as instituições de ensino superior já poderão ser liberados a partir de 2004.

Lando pede força-tarefa contra violência

Roosevelt Pinheiro



Amir Lando: assassinatos apavoram Buritis

O senador Amir Lando (PMDB-RO) pediu ao governo a organização de força-tarefa, reunindo Polícia Federal, Ministério Público e Ministério do Meio Ambiente, para socorrer o município

de Buritis (RO), onde a violência dos últimos dias já provocou pelo menos três mortos e 15 desaparecidos.

Conforme o senador, o prefeito da cidade, José Alfredo Volpi, programou ato de protesto, fechando lojas, logradouros e escolas, na tentativa de atrair a atenção do governo federal para a insustentabilidade da situação de violência na região.

– Estamos vivendo uma situação de caos social, com o pavor inundando todos os lares e a chacina com curso livre na cidade – alertou.

Márcia Kolumbe



DEBATE Presidida por Lúcia Vânia, a CAS também decidiu discutir os recursos para programas com crianças

Casos de desnutrição deverão ser registrados

■ Parecer favorável à proposta foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) ao projeto de lei da Câmara que torna obrigatório o registro dos casos de desnutrição pela rede de saúde. A proposta também determina o encaminhamento trimestral dos dados ao Ministério da Saúde e às secretarias estaduais e municipais de Saúde, para fins de estatística e adoção de políticas públicas.

Mesquita Júnior considerou

“inegável o valor” do projeto de lei (PLC nº 16/2002) como forma de combater a fome e a miséria. Segundo o senador, a luta contra a fome só será eficaz se tiver por base o seu real dimensionamento.

Em seu parecer, o relator destacou, no entanto, que o projeto deu enfoque excessivamente pormenorizado à matéria, como periodicidade e destinatário do envio das informações.

Audiência

A pedido da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) foi aprovada a realização de audiência pública, com representantes do governo, sobre emendas ao Orçamento da União para 2004 relativas a programas destinados à criança. A senadora definirá a lista dos convidados e a

data do debate.

A presidente da comissão, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), informou que os membros do colegiado têm até a próxima quarta-feira, dia 15, para apresentar emendas, de caráter nacional e referentes a assuntos sociais, ao Orçamento. Conforme a senadora, a CAS pode apresentar cinco emendas ao orçamento e cinco ao Plano Plurianual de Investimentos (PPA).

Lúcia Vânia também informou que a presidente da Finlândia, Tarja Halonen, gostaria de visitar a comissão no próximo dia 31. Ela viria acompanhada de seu marido, Pentti Arajärvi, ex-presidente da comissão de assuntos sociais em seu país.

Arns: ensino especial tem poucos recursos

O senador Flávio Arns (PT-PR), presidente da Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, disse que a quantia de R\$ 30 milhões, incluída no Orçamento Geral da União de 2004 para educação especial de deficientes, é irrisória, e também poderá sofrer contingenciamentos. O assunto foi debatido ontem, em audiência, com Daniel de Andrade Ribeiro, gerente de projetos da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; George Alberto Soares, diretor do Depar-

tamento de Programas Sociais da Secretaria de Orçamento; e Gustavo Pereira Angelim, gerente de programas da Secretaria de Gestão, todos ligados ao Ministério do Planejamento.

O relator da subcomissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), afirmou que deverão ser ouvidos técnicos de todos os ministérios. Ele informou aos dirigentes de entidades de de-

ficientes presentes que a emenda que propôs à reforma da Previdência, garantindo aposentadoria especial para deficientes, foi rejeitada pela CCJ.



Geraldo Magela

Suplicy defende permanência de Gabeira no PT

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) conversou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem pediu esforços para assegurar a permanência do deputado Fernando Gabeira (RJ) no PT. O deputado anunciou que se desligará do partido por discordar da política ambiental adotada pelo governo.



Suplicy pediu intervenção de Lula no caso

Em Plenário, Suplicy leu o documento “Fique conosco, companheiro”, elaborado por parlamentares petistas que pedem a Gabeira que continue na legenda. Além de deputados, assinam o manifesto os senadores Roberto Saturnino (RJ), Serys Slhessarenko (MT), Ideli Salvatti (SC) e o próprio Eduardo Suplicy.

“O PT, o governo e o Brasil precisam da sua lucidez, companheiro Gabeira”, dizem os parlamentares no documento.

CPI realiza audiência em Foz do Iguaçu

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes realiza hoje, às 14h, audiência pública em Foz do Iguaçu (PR), importância de a CPI visitar a região



Patrícia ressalta a importância de a CPI visitar a região

Há várias denúncias de tráfico infantil para a Argentina e o Paraguai e exploração sexual de meninas em boates da cidade brasileira. Estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostrou que existem cerca de 3.500 crianças e adolescentes vítimas do problema na região.

A presidente da CPI, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), ressaltou a importância de a comissão conhecer *in loco* a situação.

– A questão se torna mais grave porque a proximidade com a fronteira facilita o tráfico de seres humanos – afirmou.

Waldemir Rodrigues

Relator do Orçamento prioriza área da saúde

O relatório apresentado pelo deputado Jorge Bittar (PT-RJ) sobre as 89 emendas ao seu parecer preliminar à proposta orçamentária de 2004 não acolhe o aumento dos pleitos individuais dos parlamentares e das emendas encaminhadas coletivamente. O relator aceita, no entanto, proposta para conceder prioridade às emendas destinadas à área da saúde, que poderão chegar a até 30% do valor total dos pleitos atendidos. No seu parecer, Bittar afirma reconhecer a "pertinência" dos pedidos para ampliar as emendas individuais. Mas observa que a escassez dos recursos que podem ser remanejados pelas relatorias setoriais no projeto de lei do Orçamento do próximo ano, no valor de R\$ 2,5 bilhões, "impossibilita o acolhimento de um montante maior". Desse total, detalha, cerca de R\$ 1,2 bilhão devem ser destinados aos pleitos individuais. O relator ressaltou que houve desvirtuamento na utilização das emendas coletivas nos últimos anos, que passaram a abrigar cada vez mais ações genéricas municipais.

César Borges critica redução de verbas para o Fundef

O senador César Borges (PFL-BA) protestou ontem contra portaria do Ministério da Fazenda que reduz os valores do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para os estados do Maranhão, Bahia, Pará e Piauí, totalizando R\$ 101 milhões.

O senador afirmou que a medida é danosa à educação e que o setor está passando por muitas dificuldades. Ele se disse estupefato diante da medida do governo. César Borges observou que a obrigação do governo é aumentar os valores do Fundef e reclamou que a Bahia foi atingida com o corte de R\$ 61 milhões.

Valmir Campelo propõe que TCU possa solicitar quebra de sigilos

■ "Esse poderoso instrumento facilitaria em muito as investigações do tribunal"

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Valmir Campelo, propôs ontem, em depoimento na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), que o TCU passe a ter competência para solicitar a quebra de sigilo bancário e telefônico de pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em supostas irregularidades e fraudes na aplicação de recursos federais.

– Esse poderoso instrumento facilitaria em muito as inves-

tigações do tribunal. Prova disso é que as comissões parlamentares de inquérito (CPIs), dispostas de tal recurso, por vezes conseguem, melhor que o TCU, a identificação de irregularidades e de responsáveis – observou o ministro, acrescentando que em alguns casos as empresas envolvidas se valem de todos os remédios processuais, retardando o posicionamento definitivo do TCU.

Valmir Campelo também cobrou do Congresso Nacional a aprovação do Projeto de Lei nº 2.770/97, em tramitação na Câmara, que autoriza o TCU a criar 600 cargos de analista de controle externo. Ele informou que o tribunal conta apenas com mil analistas, o que consi-

dera reduzido.

O ministro destacou a importância do trabalho conjunto realizado pelo Legislativo e pelo TCU na fiscalização de obras públicas. Enquanto o tribunal realiza auditorias e mostra a existência de indícios de irregularidades, relatou, o Congresso Nacional avalia a conveniência e a oportunidade da alocação e liberação de recursos orçamentários para as obras questionadas.

– O apoio do Parlamento para o sucesso das novas práticas de controle tem sido efetivo para a aprovação de leis que regulamentam a matéria orçamentária. Não tenho dúvida de que a paralisação temporária determinada pelo controle ex-



José Cruz

COOPERAÇÃO Valmir Campelo elogia trabalho conjunto do Legislativo e do TCU

terno é a maior garantia à sociedade de que, após a adoção das medidas corretivas, a obra terá todas as condições para a sua conclusão – observou.

Senadores defendem agilidade em processos

Durante a audiência pública com o ministro Valmir Campelo, o senador César Borges (PFL-BA) condenou o uso, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), da expressão "irregularidades graves" nas obras que tenham apenas indícios de irregularidades. Para ele, o tribunal não pode dar o veredito antecipado de que determinada obra tenha problemas, sem o julgamento final. O senador Delcídio Amaral (PT-MS) concordou.

Campelo reconheceu que a expressão "irregularidade grave" é pesado, mas informou que o TCU usa a expressão em obediência a dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), quando há indício de irregularidade.

Luiz Otávio (PMDB-PA), Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Ana Júlia Carepa (PT-PA) pedi-

ram agilidade para que o TCU examine de imediato o processo envolvendo as obras da eclusa da hidrelétrica de Tucuruí (PA). Campelo informou que o parecer será anunciado nos próximos dias.

O ministro garantiu a Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que o TCU também apresentará em breve parecer sobre a controvérsia estabelecida na interpretação da chamada Emenda da Saúde, promulgada em 2000. O senador disse que o impasse prejudica todo o setor e que até 2004 a saúde irá perder cerca de R\$ 5 bilhões.

Paulo Octávio (PFL-DF) solicitou pressa na análise do trecho do metrô do Distrito Federal localizado entre Taguatinga e Ceilândia, enquanto Moza-rildo Cavalcanti (PPS-RR) destacou o trabalho de Campelo na modernização do TCU.



DISCORDÂNCIA Borges (E) condena termo "irregularidades graves"

Serys saúda lançamento do programa Reluz

Serys Shessarenko (PT-MT) saudou o lançamento, pela Eletro-norte, do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente, o Reluz. A senadora informou que o programa tem investimentos previstos da ordem de R\$ 1 bilhão, e pretende "tornar eficientes" 8 mi-

lhões de pontos de iluminação pública, além de implantar mais pontos em todo o país. Conforme a senadora, o programa Reluz possibilitará a redução do consumo de eletricidade em 540 megawatts-hora, energia equivalente à produzida pela usina de Angra I,

em Angra dos Reis (RJ).

Ela informou também que projetos de melhoria e iluminação pública estão sendo elaborados pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que está substituindo lâmpadas a vapor de mercúrio por lâmpadas a vapor de sódio.



Rosavelt Pinheiro